

Emissão/Leitura	Data de validade	Numero do Cxk
29/07/2018	29/07/2018 a 27/08/2018	2018072906411437788260
09/07/2018	09/07/2018 a 07/08/2018	2018070900493218914371
20/06/2018	20/06/2018 a 19/07/2018	2018062012193888851881
31/03/2001	31/03/2001 a 30/04/2001	
28/02/2001	28/02/2001 a 31/03/2001	
31/01/2001	31/01/2001 a 28/02/2001	

090075

Resultado da consulta em 18/06/2020 10:14:04

[Voltar](#)



000076

Confirmação de Autenticidade das Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

CNPJ : 02.978.535/0001-67

Data da Emissão : 07/02/2020

Hora da Emissão : 09:51:35

Código de Controle da Certidão : 51BA.FE2D.AC00.9A81

Tipo da Certidão : Positiva com Efeitos de Negativa

Certidão **Positiva com Efeitos de Negativa** emitida em 07/02/2020, com validade até 03/11/2020, considerando prorrogação de sua validade pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 555/2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/03/2020, Edição 57, Seção 1, Página 33.

[Página Anterior](#)

000077

Emissão: 18/06/2020 09:33



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA FAZENDA

Autenticidade da Certidão de Débitos Tributários

Certidão Nº: 20201611997

Emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia para o contribuinte:

RAZÃO SOCIAL AGUIA IMPRESSOES LTDA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 050.617.894	CNPJ 02.978.535/0001-67

**CERTIDÃO DO TIPO NEGATIVA,
EMITIDA CONFORME PORTARIA N.º 918/99 EM 05/06/2020 VÁLIDA ATÉ 04/08/2020**

000078

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: AGUIA IMPRESSOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 02.978.535/0001-67
Certidão nº: 13148199/2020
Expedição: 05/06/2020, às 16:10:31
Validade: 01/12/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **AGUIA IMPRESSOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.978.535/0001-67**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

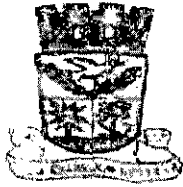
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Prefeitura Municipal de Nazaré
Estado da Bahia
Praça Alexandre Bittencourt, 07 - Centro
CNPJ Nº 13.797.188./0001-92
www.nazare.ba.io.org.br

090079

Parecer Jurídico Final



Prefeitura Municipal de Nazaré

Estado da Bahia

Praça Alexandre Bittencourt, 07 - Centro

CNPJ Nº 13.797.188./0001-92

www.nazare.ba.io.org.br

000080

PROCESSO ADMINISTRATIVO – 838/2020

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2020.

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO AO AMPARO DO INCISO II, DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. POSSIBILIDADE JURÍDICA DESDE QUE CUMPRIDOS OS REQUISITOS EXIGIDOS POR LEI.

Indaga a Comissão Permanente de Licitação, de forma escrita e com documentos, sobre a legalidade de dispensa de procedimento licitatório.

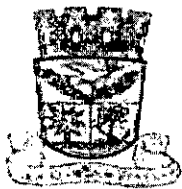
Trata-se de dispensa de licitação objetivando a Contratação de empresa para fornecimento de kit de higienização das mãos e EPI com o objetivo de medidas preventivas para combate e controle COVID-19.

O art. 37, XXI, da Constituição Federal determina a exigibilidade do procedimento licitatório para obras, serviços, compras e alienações pelo Poder Público, contudo a lei maior excepcionou a referida regra ao dispor "ressalvados os casos especificados na legislação".

O processo de compra em tela poderá ser realizado por dispensa de licitação tendo como base no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, senão vejamos:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um



Prefeitura Municipal de Nazaré

Estado da Bahia

Praça Alexandre Bittencourt, 07 – Centro

CNPJ Nº 13.797.188./0001-92

www.nazare.ba.io.org.br

000081

mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Verifica-se, ainda, a adoção do procedimento da dispensa eletrônica, em conformidade com conforme a Instrução Normativa nº 206 de 2019.

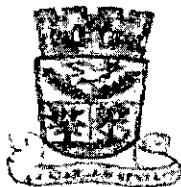
Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes prazos para que os órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, utilizem obrigatoriamente a modalidade de preção, na forma eletrônica, ou a dispensa eletrônica, observadas as regras previstas no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repassê, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns:

(...)

III - a partir de 6 de abril de 2020, para os Municípios entre 15.000 (quinze mil) e 50.000 (cinquenta mil) habitantes e entidades da respectiva administração indireta;

(...)

A Medida Provisória 961/2020, que “autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020”, tratou de alterar os limites estabelecidos pelo art. 24 da Lei nº 8.666/1993:



Prefeitura Municipal de Nazaré

Estado da Bahia

Praça Alexandre Bittencourt, 07 – Centro

CNPJ Nº 13.797.188./0001-92

www.nazare.ba.io.org.br

000082

Art. 1º Ficam autorizados à administração pública de todos os entes federativos, de todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos:

1 - a dispensa de licitação de que tratam os incisos I e II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, até o limite de:

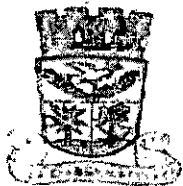
b) para outros serviços e compras no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Pois bem, o art. 24, incisos I e II, da Lei 8666/93 dispensa a licitação por considerar que o valor da contratação não compensa os custos da Administração com o procedimento licitatório, desde que a compra/serviço esteja inserido dentro dos limites legais.

No caso dos autos, verifica-se a possibilidade de adesão à referida disposição legal, uma vez que o valor da compra em tela apresentasse no montante de R\$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais)

A empresa vencedora, AGUIA IMPRESSOES LTDA ME, inscrito no CNPJ 02.978.535/0001-67, localizada a Av. d. Pedro II, Conceição – Nazaré – BAHIA, apresentou o menor preço entre as interessadas.

Os documentos apresentados pela licitante estão adequados ao prosseguimento da contratação, estando o CNAE em conformidade com o objeto licitado e as certidões negativas com vigência atual.



Prefeitura Municipal de Nazaré

Estado da Bahia

Praça Alexandre Bittencourt, 07 – Centro

CNPJ Nº 13.797.188./0001-92

www.nazare.ba.io.org.br

000033

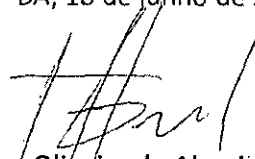
Salientamos, ademais, que consta nos autos a previsão dos recursos necessários para o pagamento da conta referenciada, em obediência ao art. 14 caput da 8666/93 e art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, no nosso sentir, no caso em análise, estamos diante da regra inserta no inciso II, do referido art. 24, da Lei nº 8.666/1993, daí decorrente a possibilidade da Municipalidade realizar a contratação direta.

Diante do exposto, opinamos pela legalidade da dispensa em comento.

É como pensamos.

Nazaré – BA, 18 de junho de 2020.


Tadeu Oliveira de Almeida
OAB nº 25 608
Assessoria Jurídica



Prefeitura Municipal de Nazaré
Estado da Bahia
Praça Alexandre Bittencourt, 07 - Centro
CNPJ Nº 13.797.188./0001-92
www.nazare.ba.io.org.br

000034

Homologação



Prefeitura Municipal de Nazaré

Estado da Bahia
CNPJ Nº 13.797.188./0001-92
Praça Alexandre Bittencourt, 07 - Centro
Nazaré - Bahia
Tel.: (75) 3636-2711 - Fax: 3636-2215

000035

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 838/2020
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2020
Licitação [nº 818962]

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Face ao parecer da Assessoria Jurídica e da Comissão Permanente de Licitações encontrando-se o Processo Administrativo regularmente instruído na forma da Lei n.º 8.666/93 e alterações vigentes, **RATIFICO** a mencionada declaração de dispensa Contratação de empresa para fornecimento de kit de higienização das mãos e EPI com o objetivo de medidas preventivas para combate e controle COVID-19, junto à empresa **AGUIA IMPRESSOES LTDA ME**, inscrito no CNPJ 02.978.535/0001-67, Localizado a Av, d. Pedro II, Conceição - Nazaré - BAHIA, VALOR TOTAL R\$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais), a fim de que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Registre-se, cumpra-se, publique-se, emita-se a Nota de Empenho e lavre-se o Contrato, caso não possa ser substituído por outro instrumento.

Nazaré, 18 de junho de 2020.


Eunice Soares Barreto Peixoto
Prefeita Municipal



Prefeitura Municipal de Nazaré

Estado da Bahia

Praça Alexandre Bittencourt, 07 - Centro

CNPJ Nº 13.797.1880001-92

www.nazare.ba.io.org.br

000036

Contrato Nº 086/2020

O MUNICÍPIO DE NAZARÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.797.188/0001-92, sediado na Praça ALEXANDRE BITTENCOURT, 07 - Centro, CEP: 44.400- 000 NAZARÉ/BA, neste ato representado pela Sr^a. Prefeita, Eunice Soares Barreto Peixoto, Brasileira, casada, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, do outro lado, **AGUIA IMPRESSOES LTDA ME**, inscrito no CNPJ 02.978.535/0001-67, Localizado a Av. d. Pedro II, Conceição - Nazaré - BAHIA, representado por Diane Izabel de Lima, PORTADOR RG 04770275633 SSP/BA CPF 510.378.315-00, denominada, simplesmente, **CONTRATADA**; firmam o presente Contrato, decorrente da ratificação, Dispensa Eletrônica de Licitação n.º 003/2020, sujeitando-se os contratantes à Lei Federal n.º Lei 8.666/93 (com suas modificações), e às seguintes cláusulas contratuais abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem como objeto: Contratação de empresa para fornecimento de kit de higienização das mãos e EPI com o objetivo de medidas preventivas para combate e controle COVID-19

§1º. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º do art. 65 da Lei federal nº 8.666/93.

§2º. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

§3º. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da Contratada, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E VALOR DO CONTRATO

O Contratante pagará à Contratada os preços especificados na Proposta anexa a este instrumento, o qual relaciona, por item, e as respectivas unidades de medidas, quantitativos, preços unitários e totais de cada item e o preço global total.

§ 1º. O valor global da contratação do objeto descrito na Cláusula Primeira será de **R\$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais)**, a fim de que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

§ 2º. O valor a ser pago à Contratada corresponderá ao somatório dos preços totais de cada item, onde o preço total de cada item deve corresponder ao preço unitário do respectivo item multiplicado pela quantidade que for efetivamente entregue e devidamente confirmada pela Fiscalização do Contratante.

§ 3º. Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega dos materiais, a contar da data assinatura do contrato é de 03 (três) dias úteis contados do Recebimento da Autorização de Fornecimento, admitindo-se a sua prorrogação nos termos dos art. 57 §§ 1º e 2º da Lei federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Prefeitura Municipal de Nazaré**

Estado da Bahia
Praça Alexandre Bittencourt, 07 – Centro
CNPJ Nº 13.797.1880001-92
www.nazare.ba.in.gov.br

000037

As despesas para o pagamento do Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

UNIDADE	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
60001/60002	2064/2098/2067/5507	3.3.90.30.00	14

Parágrafo Único - A despesa para o exercício subsequente, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento da finalidade, a ser consignada aos Órgãos Interessados da Prefeitura Municipal pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUINTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA - REAJUSTAMENTO E REVISÃO

Os preços são fixos e irrevogáveis durante o transcurso do prazo até 60 DIAS da data de apresentação da proposta, após o que a concessão de reajustamento será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE.

§1º. Os preços são fixos e irrevogáveis durante o transcurso do prazo da data de apresentação da proposta, após o que a concessão de reajustamento será feita mediante a aplicação do **Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A)**/IBGE, em atendimento as determinações da Lei 9.069 de 29/06/95 e Lei 10.192 de 14/02/01.

§2º. A revisão de preços dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

§3º. Em consonância com o art. 5º combinado com a alínea "a" do inc. XIV do art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93, os pagamentos devidos à contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 30(trinta) dias, contados da data de verificação do adimplemento de cada parcela.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO

O início para entrega dos materiais será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 18/06/2020

§ 1º. A CONTRATADA fornecerá os produtos mediante a apresentação da "Autorização de Fornecimento", devidamente preenchida, datada e assinada por funcionário autorizado, conforme modelo previamente apresentado pela Contratante e acordado pelas partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até **06 MESES**, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único - A publicação resumida do instrumento deste contrato ou de seus aditamentos na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Contratante até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo e vinte dias daquela data.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Cabe ao Contratante:

I - prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

II - solicitar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto contratado;

III - solicitar o fornecimento dos produtos constantes do objeto deste contrato mediante a expedição de autorização de fornecimento;



Prefeitura Municipal de Nazaré

Estado da Bahia
Praça Alexandre Bittencourt, 07 – Centro
CNPJ Nº 13.797.1880001-92
www.nazare.ba.io.org.br

000038

IV - notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições no fornecimento, fixando prazo para sua correção.

V - designar servidores do CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

VI - fornecer à CONTRATADA, nomes e modelos de assinaturas dos responsáveis por liberar autorizações para guia de fornecimento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

I - fornecer os materiais de acordo com as especificações técnicas previstas em conformidade com o padrão de identidade e qualidade estabelecido na legislação pertinente;

II - fornecer os materiais licitados nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do órgão da Administração Pública;

III - promover, por sua conta e risco, o transporte dos materiais licitados;

IV - transportar os materiais licitados conforme determinam as normas vigentes, em perfeitas condições de higiene e de modo que assegure a integridade e a qualidade dos produtos;

V - entregar os produtos acompanhados da documentação necessária;

VI - cumprir rigorosamente os prazos de entrega pactuados;

VII - providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante;

VIII - garantir a boa qualidade do produto entregue, respondendo por qualquer deterioração;

IX - trocar, às suas expensas, o produto que vier a ser recusado pelo Contratante, no prazo estabelecido neste contrato;

X - manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão-de-obra para execução completa e eficiente do contrato.

XI - garantir que todo material licitado seja entregue com celeridade ao CONTRATANTE, no endereço por este indicado;

XII - comunicar à Administração do CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

XIII - credenciar, junto ao CONTRATANTE, preposto para representá-la sempre que for necessário, prestando os esclarecimentos e atendendo às reclamações que por ventura surgirem durante a execução do contrato;

XIV - fornecer aos empregados envolvidos no cumprimento do Contrato todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho – SSMT do MTE, bem como cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;

XV - observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção a incêndio, recomendadas por Lei.

§ 1º - À CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade por:

I - todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

II - todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, bem como todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais licitados, tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transporte, vales-refeição, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por lei;



Prefeitura Municipal de Nazaré

Estado da Bahia

Praça Alexandre Bittencourt, 07 - Centro

CNPJ Nº 13.797.1880001-92

www.nazare.ba.io.org.br

000039

III - todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

IV - encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

§ 2º - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

§ 3º - São expressamente vedadas à CONTRATADA:

I - a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;

II - a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;

III - a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá à CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.

§1º. O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 73 da Lei federal nº 8.666/93, sendo certo que, esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade Contratante, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

§2º. **O recebimento definitivo de obras, compras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.**

§3º. Durante a vigência deste contrato, o cumprimento do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo (a) titular da Secretaria Municipal deste município, pelo órgão de Controle Interno do Poder Executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

Em consonância com o art. 5º combinado com a alínea "a" do inc. XIV do art. 40 da Lei federal nº 8.666/93, os pagamentos devidos à contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 30(trinta) dias, contados da data de verificação do adimplemento de cada parcela.

§1º. As situações indicadas na legislação específica sujeitar-se-ão à emissão de nota fiscal eletrônica.

§2º. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da CONTRATADA.

§3º. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

§ 4º. A CONTRATADA deve apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura relativa ao fornecimento do mês anterior, em 2 (duas) vias, emitidas e entregues na Tesouraria da Prefeitura Municipal, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada, das seguintes comprovações:

a) regularidade junto ao INSS-CND;

b) regularidade junto ao FGTS-CRF;



Prefeitura Municipal de Nazaré

Estado da Bahia

Praça Alexandre Bittencourt, 07 - Centro

CNPJ Nº 13.797.1880001-92

www.nazare.ba.io.org.br

000090

§ 5º. A nota fiscal/fatura emitida deverá conter as seguintes informações:

a) total de produtos fornecidos;

§ 6º. A nota fiscal/fatura não deverá conter arredondamentos de valores. Quando o resultado da operação final apresentar 3 (três) casas decimais ou mais, deverão ser eliminadas as casas decimais a partir da terceira, considerando para valores em centavos, apenas as duas primeiras casas decimais. Essa operação deverá ser efetuada no valor final por tipo de produto.

§ 7º. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

a) atestação de conformidade do fornecimento;

b) comprovação de regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF).

§ 8º. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à Contratada pela Fiscalização e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

§ 9º. O Contratante não fica obrigado a adquirir os materiais licitados na totalidade do valor e das quantidades estimados para a contratação, realizando o pagamento de acordo com o fornecimento efetivamente prestado.

§ 10. O Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste contrato.

§ 11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

Onde I = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

A licitante vencedora do certame responderá administrativamente pela qualidade e eficiência da execução integral do contrato.

§1º. A verificação, durante a realização do contrato, de quaisquer falhas que importem em prejuízo à Administração ou terceiros, serão consideradas como inexecução parcial do contrato.

§2º. Será a empresa responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução do contrato que vierem a acarretar prejuízos ao município, sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou físicos a terceiros, nos termos da Lei.



Prefeitura Municipal de Nazaré

Estado da Bahia

Praça Alexandre Bittencourt, 07 - Centro

CNPJ Nº 13.797.1880001-92

www.nazare.ba.gov.br

000001

§3º. Com fundamento nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, cujos percentuais estão definidos neste instrumento convocatório;

III - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir o município pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

§4º. As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação com a Administração e impedimento de licitar e contratar com a Administração e poderão ser descontadas do pagamento a ser efetuado.

§5º. Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em lei.

§6º. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§7º. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

§8º. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada - quando exigida, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

§9º. A sanção de multa não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§ 10. Será advertido verbalmente o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo a autoridade competente determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

§ 11. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.



Prefeitura Municipal de Nazaré

Estado da Bahia
Praça Alexandre Bittencourt, 07 - Centro
CNPJ Nº 13.797.1880001-92
www.nazare.ba.io.org.br

000002

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei federal nº 8.666/93.

§1º. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do contratante nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei federal nº 8.666/93.

§2º. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVIII do art. 78 da Lei federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 78 do mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO À PROPOSTA

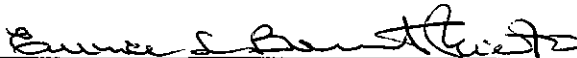
Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas na dispensa.

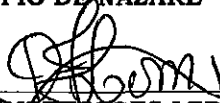
CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Nazaré, Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, das testemunhas.


E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença, que subscrevem depois de lido e achado conforme.

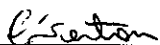
Nazaré, 18 de JUNHO de 2020.


Eunice Soares Barreto Peixoto
Prefeita Municipal
MUNICIPIO DE NAZARÉ


AGUIA IMPRESSOES LTDA ME
CNPJ 02.978.535/0001-67
Diane Izabel de Lima
CPF 510.378.315-00
PELO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª 
RG/CPF 043/89 505-81

2ª 
RG/CPF 007248055-67



Prefeitura Municipal de Nazaré
Estado da Bahia
Praça Alexandre Bittencourt, 07 - Centro
CNPJ N° 13.797.188./0001-92
www.nazare.ba.io.org.br

000033

Publicações



Prefeitura Municipal de Nazaré

000094

Estado da Bahia
CNPJ Nº 13.797.188./0001-92
Praça Alexandre Bittencourt, 07 - Centro
Nazaré - Bahia
Tel.: (75) 3636-2711 - Fax: 3636-2215

EXTRATO DE DISPENSA ELETRÔNICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 838/2020 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2020 Licitação [nº 818962]	
Objeto	Contratação de empresa para fornecimento de kit de higienização das mãos e EPI com o objetivo de medidas preventivas para combate e controle COVID-19.
Empresa	AGUIA IMPRESSOES LTDA ME CNPJ 02.978.535/0001-67
Valor	R\$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais)
Vigência	06 seis meses
Fundamento Legal	Lei 13.979/2020 e Lei 8666/1993.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Unidade: 60001/60002 Programa/Atividade: 2064/2098/2067/5507. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Fonte de Recursos: 14
Nazaré, 18 de junho de 2020. Eunice Soares Barreto Peixoto Prefeita Municipal	

DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE Nazaré - BA

000035

Sexta-feira
26 de Junho de 2020
Ano IV - Nº 99

EXTRATO DE DISPENSA ELETRÔNICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 838/2020	
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2020 Licitação [nº 818962]	
Objeto	Contratação de empresa para fornecimento de kit de higienização das mãos e EPI com o objetivo de medidas preventivas para combate e controle COVID-19.
Empresa	AGUIA IMPRESSOES LTDA ME CNPJ 02.978.535/0001-67
Valor	R\$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais)
Vigência	06 seis meses
Fundamento Legal	Lei 13.979/2020 e Lei 8666/1993.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	Unidade: 60001/60002 Programa/Atividade: 2064/2098/2067/5507. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Fonte de Recursos: 14
Nazaré, 18 de junho de 2020.	
Eunice Soares Barreto Peixoto Prefeita Municipal	

RESUMO DE CONTRATO Nº 086/2020				
MODALIDADE:	Dispensa Eletrônica			003/2020
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ			
CONTRATADO:	AGUIA IMPRESSOES LTDA ME			
CPF/CNPJ:	02.978.535/0001-67			
OBJETO:	Contratação de empresa para fornecimento de kit de higienização das mãos e EPI com o objetivo de medidas preventivas para combate e controle COVID-19.			
VALOR TOTAL:	R\$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais)			
ASSINATURA:	18 de Junho de 2020			
VIGÊNCIA:	06 (seis) meses			
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:	Unidade	Projeto/ Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
	60001/60002	2064/2098/2067/5507	33.90.30.00	14
Eunice Soares Barreto Peixoto Prefeita Municipal				

Praça Alexandre Bittencourt, 07 - Centro - Nazaré - BA Tel.: (75) 3636-2711



PREFEITURA NAZARÉ <licitanazareba@gmail.com>

Disp. Eletrônica 003/2020 - EMPENHO**000036**

1 mensagem

PREFEITURA NAZARÉ <licitanazareba@gmail.com>

26 de junho de 2020 15:17

Para: jonancorrea@hotmail.com


Boa tarde

Seguem em anexo Disp. Eletrônica 003/2020 para empenho.

Atenciosamente,

Setor de Licitações

Prefeitura Municipal de Nazaré

 **Disp Elet. 003-2020.rar**
614K